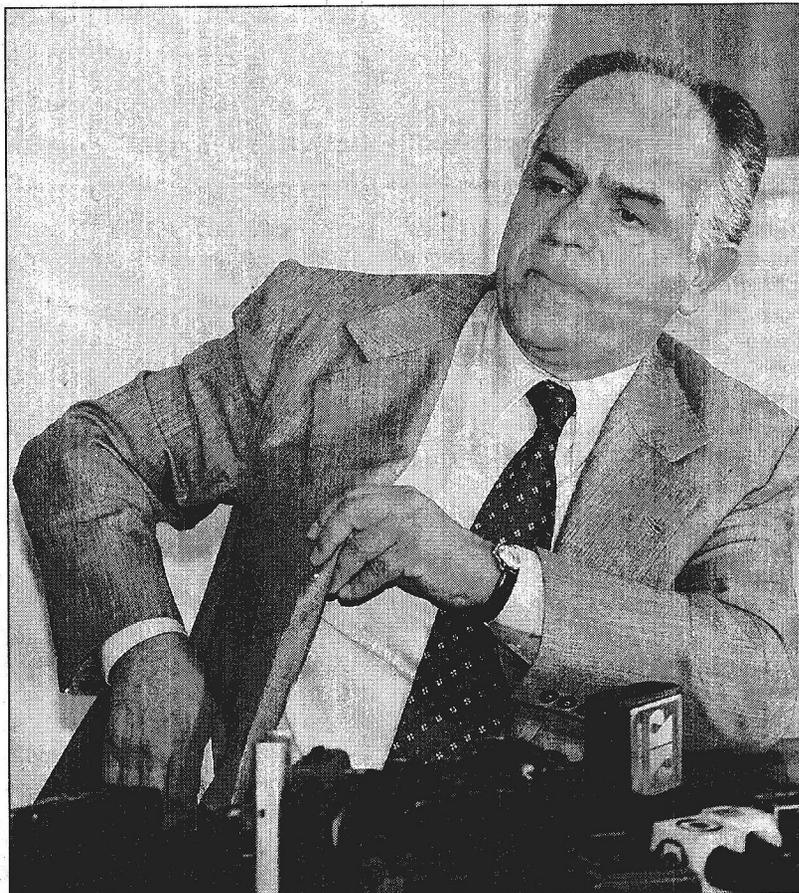


# Pimenta da Veiga minimiza denúncia: 'É como se fosse um café requeentado'

Ministro afirma que a notícia é sensacionalista e que o Governo não foi ouvido

Givaldo Barbosa



PIMENTA DA VEIGA: defesa do presidente e da iniciativa de realizar o leilão

• BRASÍLIA. Coube ao ministro das Comunicações e articulador político do Governo, Pimenta da Veiga, a missão de tentar desqualificar a reportagem de 14 páginas da "Folha de São Paulo" que relatou detalhes das conversas telefônicas entre o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, o ex-presidente do BNDES André Lara Resende e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Pimenta qualificou a notícia de sensacionalista e lamentou que o Governo não tenha sido procurado para dar a versão dos fatos. Ele admitiu a possibilidade de o jornal ser processado.

—A matéria não é nova. É como se fosse um café requeentado. E estranhamos que tenha consumido tantas páginas de uma matéria que não traz fatos efetivamente novos. Eu quero destacar que se trata de um leilão, e não de uma licitação dentro de um processo de privatização que foi um grande sucesso sob todos os pontos de vista. Representou uma importante arrecadação para o Governo — disse o ministro.

## Ministro diz que FH não autorizou uso de seu nome

Pimenta enfatizou que o presidente em nenhum momento da conversa com Lara Resende autorizou o uso de seu nome para a formação de consórcio. Na avaliação do ministro, Fernando Henrique recebia apenas informações genéricas do processo de privatização, considerado na ocasião o mais importante acontecimento. O ministro foi enfático ao afirmar que os condutores da venda da Telebrás agiram corretamente ao tentar pôr na disputa o maior número possível de concorrentes.

—O presidente, durante todo o processo de privatização, que era a principal ação do Governo naquele momento, recebia informações genéricas. Portanto, as respostas também eram genéricas. O fundamental é ver o sentido das conversas, que não trazem nenhum fato novo. O presidente não autorizou em instante algum o uso do nome dele. Essa é a interpretação que tendenciosa-

mente se quer dar. Em nenhum instante autorizou que seu nome fosse usado nesse episódio. Como regra, não autoriza ninguém a usar o seu nome — destacou.

Perguntado se a divulgação das fitas com as conversas telefônicas teria sido iniciativa de partidos da base governista, Pimenta disse que não via qualquer relação. Mesmo tendo sido lembrado de que há dias o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE) — ao comentar uma entrevista do ex-ministro Mendonça de Barros — chegou a afirmar que havia outras fitas ainda não divulgadas, Pimenta foi enfático ao afirmar que não há relação entre os dois fatos. Quanto a Mendonça de Barros, assegurou que receberá todo o apoio do PSDB. Pimenta considerou uma tempestade num copo d'água a proposta de criar a CPI do Sistema Telebrás.

Pimenta defendeu também que nas futuras privatizações o Governo mantenha o método de in-

teresse público — afirmou. Segundo ele, como se trata da venda do patrimônio público, o melhor caminho é possibilitar a vários grupos participar da disputa. Se isso não ocorrer, disse, há risco de o leilão ser direcionado para um só grupo privado.

—O processo de privatização continuará com a mesma transparência que sempre teve. Estou certo que terá o mesmo sucesso que vem sendo alcançado. Acho que na privatização não vejo conteúdo nessa matéria. Ela não se sustenta. Não há motivo para se mudar os procedimentos. O Governo deve estimular que haja o maior número possível de concorrentes. Em todas as privatizações futuras. Não tenho dúvida que isso deva ocorrer porque é uma coisa do interesse público. Se você faz o leilão e restringe, beneficia um concorrente, talvez porque pode ser até um único. Na medida que estimula, evidentemente que estará protegendo o

interesse público — afirmou.

Com relação à participação da Previ neste episódio, o ministro argumentou que o fundo de pensão se credenciou em vários consórcios e não apenas no formado pela Stet e o Opportunity. De acordo com Pimenta, caberia naquele momento aos dirigentes da Previ e do Banco do Brasil definir a forma de entrar na disputa, preservando os interesses dos associados da fundação de previdência privada.

Durante a entrevista concedida ontem, Pimenta buscou a defesa do presidente Fernando Henrique. Ele solicitou, em suas intervenções, que o fato seja analisado no conjunto e disse que o importante foi o resultado conseguido com a privatização, desde a receita financeira de R\$ 22,057 bilhões até mesmo a competição no setor de telefonia.

## Jornal diz que seu dever era publicar a gravação

O diretor editorial da "Folha de São Paulo", Otávio Frias Filho disse, através de sua secretária, Keli, que a opinião do jornal já está expressa no editorial de hoje intitulado "Dever de publicar". O editorial defende o direito de revelar aos leitores o conteúdo de uma gravação obtida por meio ilícito, mas que seja do interesse da opinião pública.

"Apesar da origem desses documentos, frutos da escuta clandestina e ilegal de conversas telefônicas, este jornal mais uma vez se sente na obrigação de publicar o que deles considera essencial para o interesse público", diz o texto.

A "Folha" assinala que "não ignora a gravidade de levar ao público o teor dessas gravações", defendendo inclusive a punição dos responsáveis pela escuta clandestina e observando que o sigilo é limitado pelo interesse do cidadão. O jornal explica que transcreveu os trechos das fitas onde se comenta as negociações envolvendo a venda das empresas do Sistema Telebrás, a maior privatização do país, omitindo os "diálogos de natureza pessoal". ■